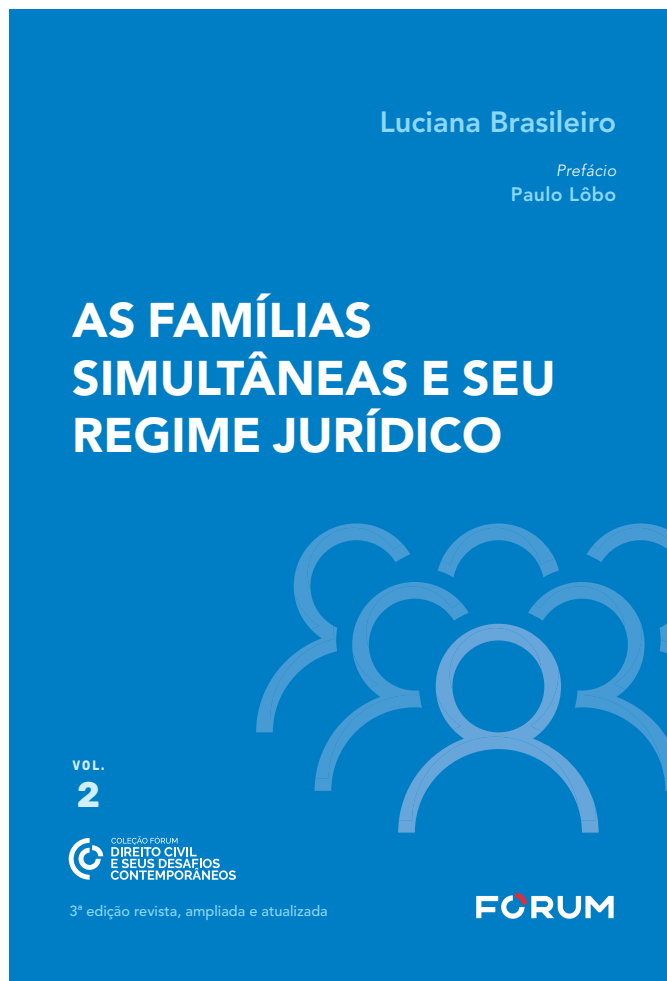




Esta obra aborda a análise das famílias simultâneas a partir da interpretação inclusiva proporcionada pelo art. 226 da Constituição Federal de 1988, demonstrando que a construção histórica da monogamia se impôs a partir do violento período de colonização, quando a legislação e os costumes brasileiros incorporaram a cultura europeia de relações pautadas no casamento, patriarcal e patrimonializada. Analisa o panorama das demandas que pleiteiam a atribuição de efeitos jurídicos positivos às famílias que se estabelecem de forma simultânea, preenchendo os requisitos objetivos de afetividade, ostensibilidade e estabilidade e as mudanças provocadas a partir da valorização das pessoas em detrimento do patrimônio, especialmente em razão da valorização da dignidade humana.



LUCIANA BRASILEIRO

AS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS E SEU REGIME JURÍDICO

3ª edição revista, ampliada e atualizada

Prefácio

Paulo Lôbo

Apresentação

Marcos Ehrhardt Jr.

Área específica

DIREITO CIVIL.

Áreas afins

DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES, ADVOGADOS E DEMAIS
OPERADORES DO DIREITO.

2

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm

CÓDIGO: 10003094

B823f Brasileiro, Luciana

As famílias simultâneas e seu regime jurídico / Luciana Brasileiro. 3. ed.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

202p.;

Coleção Fórum Direito Civil e seus desafios contemporâneos, v. 2.

ISBN da coleção: 978-85-450-0675-6

ISBN do volume: 978-65-5518-274-3

1. Direito Civil. 2. Direito de Família e Sucessões. 3. Coleção Fórum Direito Civil e seus desafios contemporâneos. I. Título.

CDD 342.16

CDU 347.6

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BRASILEIRO, Luciana. *As famílias simultâneas e seu regime jurídico*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021. (Coleção Fórum Direito Civil e seus desafios contemporâneos, v. 2). ISBN 978-65-5518-274-3.

Luciana Brasileiro

Doutora em Direito Privado pela Universidade Federal de Pernambuco. Advogada. Professora universitária. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Constitucionalização das Relações Privadas”, da UFPE. Vice-Presidente da Comissão de Direito e Arte do IBDFAM. Conselheira científica do IBDFAM/PE.

APRESENTAÇÃO	
Marcos Ehrhardt Jr.	13
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Paulo Lôbo	15
INTRODUÇÃO	
17	
CAPÍTULO 1	
CONJUGALIDADE E FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO	
23	
1.1	O Brasil descoberto e a miscigenação – a constituição de famílias entre nativos e colonizadores
	30
1.2	Análise das legislações anteriores ao processo de codificação e suas influências nas famílias
	35
1.2.1	As Ordenações Filipinas
	36
1.2.2	As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e a necessidade de interferência da Igreja no Brasil Colônia – o legado canônico
	40
CAPÍTULO 2	
CONCUBINATO E MONOGAMIA NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO	
45	
2.1	Concubinato “puro”: o termo precedente da união estável
	50
2.2	Concubinato “impuro”: a linguagem como forma de discriminação dos relacionamentos familiares
	55
2.3	A monogamia no Direito brasileiro e suas interpretações
	58
CAPÍTULO 3	
A APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS: A PLURALIDADE E OS MECANISMOS DE PROTEÇÃO	
65	
3.1	O princípio da dignidade da pessoa humana e a proteção pessoal dos membros das entidades familiares
	74
3.2	A solidariedade como dever jurídico de apoio familiar
	78
3.3	A igualdade dos núcleos familiares como forma de blindagem ao preconceito
	80
3.4	Liberdade de formar família como garantia intrínseca ao sistema plural
	83
3.5	O princípio da afetividade como materialização da solidariedade
	88
3.6	O princípio da responsabilidade como elemento estruturante das famílias simultâneas – atribuição de deveres para proteções pessoais
	93
CAPÍTULO 4	
UNIÃO ESTÁVEL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	
97	
4.1	Precedentes legais do Código Civil – tentativas de regulamentação da união estável
	99
4.1.1	Primeira tentativa: a Lei nº 8.971/1994 e a garantia de alimentos e sucessões
	100
4.1.2	Segunda tentativa: a Lei nº 9.278/1996 e a ampliação de direitos para a união estável
	101
4.2	A união estável no livro de família do Código Civil de 2002
	103
4.2.1	Elementos caracterizadores da união estável e do concubinato
	105
4.3	A legitimação do concubinato no Código Civil brasileiro
	110

4.3.1	O conceito de concubinato e sua legitimação no art. 1.727 do Código Civil brasileiro: da marginalidade à normatização do <i>heterismo</i>	113
4.3.2	A atribuição de responsabilidade jurídica a partir da solidariedade. O dever de prestar alimentos a partir da presunção de formação de nova entidade familiar	118
4.3.3	Os dispositivos de <i>proteção</i> patrimonial no viés seletivo do Código Civil	121
4.4	Experiência estrangeira – regras expressas de proibição na França e na Argentina.....	125

CAPÍTULO 5

A EXTENSÃO DOS EFEITOS JURÍDICOS DE ENTIDADE

FAMILIAR AO CONCUBINATO		129
5.1	Bigamia, poligamia, poliafetividade e suas distinções da monogamia	131
5.2	A descriminalização do adultério	139
5.3	Boa-fé nas famílias	142
5.3.1	Casamento putativo.....	148
5.3.2	União estável putativa.....	149

CAPÍTULO 6

OS EFEITOS JURÍDICOS DAS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS

6.1	A questão previdenciária e seu precedente histórico de proteção das pessoas dependentes economicamente	152
6.2	Repercussão geral – RE nº 883.168-SC (Tema 526) e RE nº 1045273-SE (Tema 529) – matéria previdenciária com repercussão direta no Direito Familiar.....	155
6.2.1	A (des)necessidade de comprovação de concubinato de longa duração para a Repercussão Geral	163
6.3	O argumento da proibição ao enriquecimento sem causa e a relativização das presunções nos regimes de bens.....	166
6.4	A repercussão no direito sucessório: a solução através da triação.....	171
6.5	Impenhorabilidade dos bens de família legais	176
6.6	Preenchimento da função familiar para atribuição de efeitos jurídicos e o dever de responsabilidade.....	177

CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	193
-------------------	-----